



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

ANÁLISE TERRITORIAL E REPRESENTATIVA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE CACHAÇA NAS MISSÕES/RS

Territorial and representative analysis from “cachaça” family agroindustries in Missões/RS

Valdemar João Wesz Junior¹, Iran Carlos Lovis Trentin²

RESUMO

Em uma conjuntura globalizada, os agricultores familiares viram-se obrigados a procurar novas fontes de renda que não dependessem somente do setor primário. Com isso, a agregação de valor dentro de seus domicílios ganhou espaço por consistir em uma atividade rentável, descentralizada e de baixos investimentos, sendo capaz de abrigar a mão-de-obra familiar com o auxílio da força de trabalho externa à unidade, em períodos de produção. Objetivou-se, neste artigo, estudar a representatividade e importância das agroindústrias familiares de cachaça, dentro da perspectiva territorial, além de analisar se estes empreendimentos são viáveis para a realidade da agricultura familiar e de que forma elas contribuem para o desenvolvimento territorial rural. Mostrar-se-á o potencial de pequenos empreendimentos rurais em ofertar produtos de qualidade, respeitando o meio ambiente, com geração e distribuição de renda, nas mais diferentes realidades e territórios.

Palavras-chave: agroindústria familiar, desenvolvimento territorial rural, produção artesanal de cachaça.

ABSTRACT

In a globalization scenario, agricultural families saw themselves compelled to searching new income sources which did not depend only on the primary section. Therefore, value aggregation within their domiciles got space, once they consist in profitable activities, decentralized and at low cost investment; being able to cover all the family labor together with external workforce in productive periods. This article aims to study the representation and the importance of the “cachaça” family agroindustry in territorial perspective, besides analyzing whether those enterprises are practicable in the agricultural families reality and in what ways they would contribute for the rural territorial development. It will show the potential for the small rural enterprises in offering quality products, respecting the environment, generating and distributing income in the most different realities and territories.

Key words: agroindustrial family, rural development, workmanship production of “cachaça”.

1 INTRODUÇÃO

Após o processo de modernização nos espaços agrícolas, a produção de *commodities* ocupou grande parte das terras e do tempo da agricultura familiar no Rio Grande do Sul (BRUM, 1988; TEDESCO, 2001), sendo que esse modelo ocasionou graves problemas sociais, em territórios assinalados pela pequena produção (GRAZIANO DA SILVA, 1999). O mesmo procedimento tecnológico, implantado também na Região das Missões (RS), provocou uma acentuada perda de autonomia para muitos produtores rurais. Com isso, a dependência de insumos externos e flutuações de preços no mercado agrícola contribuíram para a migração de agricultores familiares para atividades que dependem, em menor escala, do setor primário e das instâncias climáticas.

Nesse cenário, as atividades não-agrícolas e pluriativas começaram a ganhar representatividade no meio

rural, tanto pelo número de pessoas envolvidas como pela quantidade de capital adquirido pela venda da força de trabalho (ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 2003). Começaram a surgir³, ou pelo menos a se legitimar, as agroindústrias familiares rurais.

Entretanto, estes empreendimentos ganharam força a partir da década de 90, quando entidades públicas e

³Muitas agroindústrias familiares já existiam no espaço rural, pois foram implantadas por imigrantes europeus e se consolidaram com a gestão de seus sucessores familiares. Já em outras unidades de produção, processavam-se produtos para o consumo familiar e, por ser uma alternativa viável, começaram a comercializar nos mercados locais. Contudo, a grande parte das agroindústrias familiares atuais surgiram durante 1980, pela necessidade de uma rentabilidade mais regular e compensatória, já que o setor primário deixava a desejar para a maioria dos pequenos agricultores.

¹Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS, Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA/UFRRJ, Bolsista do CNPq – Ponte Pindaí – Porto Xavier, RS – 98995-000 – jwesz@yahoo.com.br

²Doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PGDR/UFRGS e Presidente da COOPERAFE – Cooperativa de Agricultores Familiares Ecológicos do Vale do Rio Uruguai – Rua Trento 01 – Trentin, RS – 98355-000 – trentinrs@yahoo.com.br

Recebido em 07/12/05 e aprovado em 16/07/07

privadas passaram a incentivar essa prática. Pode-se dizer que o apoio ocorreu pelo fato das agroindústrias potencializarem o desenvolvimento através da geração de renda, tanto para os proprietários como para os fornecedores de mão-de-obra; agindo de maneira descentralizada, por ocupar toda a família no processo produtivo; diminuindo o êxodo rural, pois proporciona condições para que os membros da unidade doméstica permaneçam no campo. A idéia é de criar condições para a auto-suficiência de produtos *in natura* e processados pela garantia da soberania alimentar das classes sociais, pela geração de um produto mais barato por conseqüência da proximidade com os consumidores e pela redução das taxas por intermediação (WESZ JUNIOR & TRENTIN, 2004).

Com o bom desempenho dessas novas experiências, despertou-se o interesse de pesquisadores (MIOR, 2005; PREZOTTO, 2000; WILKINSON, 1999) que procuram conhecer o real potencial das agroindústrias rurais já existentes para poder incentivar a geração de novos empreendimentos. Apurando-se as condições e particularidades de um determinado meio, o diagnóstico proporciona ainda uma visualização mais realista em termos de viabilidade, orientando as ações que buscarão novas alternativas para os territórios onde a agregação de valor não se consolidou e legitimou.

Na tentativa de contribuir com as formas de desenvolvimento e de apoio à agricultura familiar, o presente trabalho foi realizado com o objetivo de estudar a representatividade e importância das agroindústrias familiares de cachaça dentro da perspectiva territorial. Procura-se analisar a viabilidade destes empreendimentos, na expectativa da agricultura de base familiar poder contribuir para o desenvolvimento rural de um território pré - estabelecido.

Assim, foi delimitado o território de análise condizente com a estrutura agrária existente, pelo tipo de colonização e ocupação do espaço, pelas características geográficas e ambientais, pela utilização da mão-de-obra e dos meios de produção, optando-se em pesquisar espaços onde a presença de propriedades familiares é preponderante. É oportuno ressaltar, apoiando-se em uma afirmação de Abramovay (2003), que a noção de território não se afirma por limites físicos, mas sim pela relação dos atores no interior e fora da propriedade. Nessa perspectiva, o território definido nesse trabalho abrange os municípios gaúchos de Porto Xavier, Roque Gonzáles, Dezesseis de Novembro, Pirapó e Porto Lucena, pois os mesmos possuem semelhanças e/ou proximidades na questão da estrutura fundiária, ocupação da terra, relações sociais e um capital social relativamente dinâmico.

Fez-se, neste artigo, além da análise empírica, uma ampla e detalhada revisão bibliográfica referente aos temas atuais que perturbam e influenciam diretamente o meio rural. Entre as contextualizações verificadas, destacam-se a ruralidade, o desenvolvimento territorial e as agroindústrias familiares, consideradas no âmbito das publicações inerentes à realidade local pesquisada. Somente desta forma pôde-se fazer um paralelo realista e científico das situações estudadas, com os conceitos acadêmicos utilizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento, Ruralidade e Delimitação Territorial

Num mundo globalizado, onde os laços entre o campo e a cidade ocultam-se junto a imensas e imensuráveis semelhanças, fica cada vez mais difícil, ou no mínimo, mais complexo conceituar e/ou situar o que chamamos de rural. Diante da atual conjuntura econômica, como afirma Graziano da Silva (1999, p. 18): “a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante”.

O espaço rural sempre foi relacionado à prática da agricultura ou da atividade agrícola, talvez porque estes, na maioria das vezes, sejam sinônimos de oportunidades de emprego e geração de renda. Há profundas confusões entre o espaço agrícola e o espaço rural. É consenso que não se defina este último apenas por seu caráter primário; é preciso ver toda sua natureza territorial e não somente setorial. Portanto, justifica-se a necessidade de compreender as economias regionais para formular uma melhor definição espacial e multissetorial, onde a agricultura é parte integrante do rural. Quando são adotados tais conceitos, esse meio começa a deixar de ser visto como uma simples máquina de produzir alimentos ou matérias-primas, na qual os produtos são valorizadores, e passa a integrar-se a uma concepção de que é o território quem singulariza essa realidade. Assim, a busca do desenvolvimento passa a ser oportunizada pela visão de seu espaço; não pelos aspectos temporais e setoriais (ABRAMOVAY, 2003).

Nessa linha, torna-se irrelevante a identificação do espaço rural como um mero produtor de matérias-primas, já que as atividades não agrícolas estão construindo uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável no cenário rural, garantindo a reprodução social dos diversos atores que o integram (ANJOS, 2003; GRAZIANO DA SILVA, 1999; SCHNEIDER, 2003;).

O rural implica em características mais gerais, sendo uma delas a relação com a natureza, à qual é atribuída importância social crescente, pois é a vinculação da sociedade com o próprio meio.

À medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como valor a ser preservado - e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover -, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade (ABRAMOVAY, 2003, p. 29).

Várias regiões começaram a preocupar-se com a criação de uma identidade regional para usufruir de certas vantagens mercadológicas competitivas. Mas para que sejam criadas condições de expansão dessa dinâmica em determinado território, precisa-se, primeiramente, que se crie uma consciência por parte da população que o constitui, para futuramente investir em uma estratégia de

desenvolvimento no qual os indivíduos externos possam reconhecer as potencialidades daquele local.

A valorização das capacidades regionais ou mesmo locais vêm demonstrando ser uma importante estratégia de desenvolvimento. Contudo, o seu êxito ou a sua frustração dependerá da maneira como essa “identidade” será exposta e delimitada. Para isso, o enfoque baseado em algumas características específicas é uma das principais preocupações já que serão valorizadas especificidades que são frutos da diversidade, mas que não podem representar uma contradição da realidade (WESZ JUNIOR & TRENTIN, 2005). Nesta pesquisa, o território estudado compreende os municípios de Porto Xavier, Pirapó, Roque Gonzáles, Dezesseis de Novembro e Porto Lucena (Figura 1). De fato, se comparado com delimitações usadas pelos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), ou qualquer outro órgão, a Região das Missões compreende mais municípios e, conseqüentemente, mais realidades, dificultando algumas identificações que são específicas.

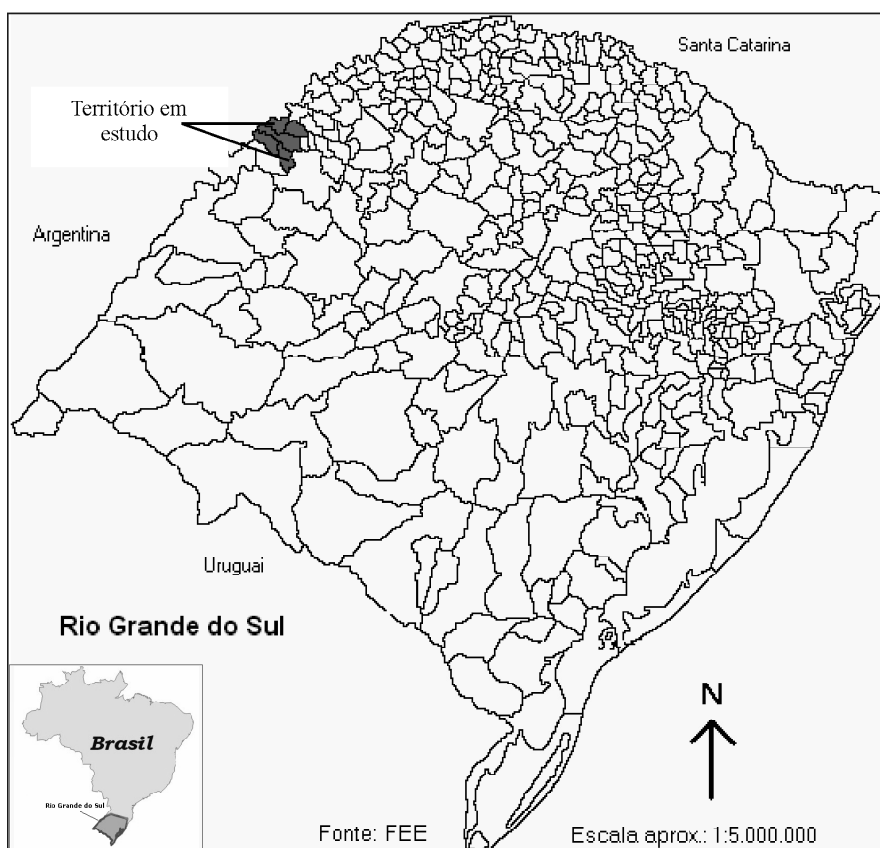


FIGURA 1 – Localização do universo empírico da pesquisa no Rio Grande do Sul.

A delimitação territorial constituída pelas ações e metas desta pesquisa inclui a reelaboração das funções rurais e urbanas, agregando novos valores - não necessariamente econômicos - às atividades interioranas, o que valoriza as potencialidades locais, procurando desfazer-se do enfoque setorial e temporal. Mas, antes mesmo de fazer qualquer exposição referente ao trabalho de campo, faz-se necessária uma definição clara do que aqui se entende por agroindústria familiar, já que posteriormente ocorrerá uma identificação desse empreendimento, considerando-os propulsores de renda e desenvolvimento, já que agregam valor aos produtos que até então eram comercializados *in natura* no meio rural.

2.2 Agroindústrias Familiares: uma base conceitual/operacional

Com a modernização da agricultura, após o término da segunda guerra mundial, ocorreram várias transformações nas bases técnicas agrícolas, consorciados com a mecanização, quimificação e especialização de algumas cadeias produtivas do setor primário, objetivando o aumento da produtividade e da produção de alimentos.

Nesse contexto, sobressaíram-se as grandes agroindústrias integradoras, impondo uma nova dinâmica ao processo produtivo e que, pelos novos padrões tecnológicos, exigiram um aumento na produção e nos índices de produtividade. Esse processo, apesar de consistir em uma estratégia de crescimento das produções familiares, fez aumentar as diferenças sócio-econômicas excluindo aqueles agricultores que não atingissem os padrões impostos, demonstrando assim seu caráter seletivo (MIOR, 2005). Tal procedimento implicou em elevados custos sociais e ambientais, o que justifica uma mudança no modelo econômico de desenvolvimento, no norte do Rio Grande do Sul, especialmente nas Missões.

Nesse novo sistema de produção, os agricultores que continuaram a produzir individualmente, ou seja, sem ligação com grandes indústrias ou cooperativas, sofreram pela mudança dos padrões, diminuindo cada vez mais as possibilidades de participação no mercado, como afirmou Paulilo (1990). Com isso, as empresas industriais começaram a determinar as relações sociais no meio rural, pois a submissão do agricultor diante das grandes agroindústrias e a perda de autonomia no processo produtivo fizeram - direta ou indiretamente - com que ocorresse um êxodo rural, concomitante com o modelo centralizado de indústria que se instalou.

Inúmeras foram as unidades de produção que não conseguiram se adequar ao sistema tecnológico

implantado. E, para aqueles excluídos do “processo de integração”, a participação em mercados locais/regionais ficou cada vez mais difícil e complexa, pois devem concorrer com as grandes agroindústrias.

Em meio à evidentes dificuldades que afligem a agricultura familiar, busca-se uma mudança no modelo de desenvolvimento até então adotado, que seja capaz de adequar os agricultores ao novo rural, que valorize as regiões e territórios e, que possua, no seu interior, ações cooperativas/associativas. Levando-se em conta estas aspirações, torna-se necessária a inserção da agroindústria familiar na propriedade rural.

Contudo, a definição de um conceito para as agroindústrias familiares ainda é recente e obscura na literatura brasileira, pois leva em consideração tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos, dependendo da realidade socioeconômica e mercadológica na qual o empreendimento estiver inserido. O que torna arriscada a conceituação única e a viabilização de um modelo pré - definido.

Basicamente, a agroindústria familiar é constituída por um regime de propriedade com pequenos agricultores e um sistema funcional caracterizado pela verticalização da produção, isto é, são os próprios proprietários dos empreendimentos que produzem e industrializam a matéria-prima. A posse e gestão de uma agroindústria podem ocorrer individualmente, ou de forma organizacional-grupal de famílias. Já a forma associativa otimiza o espaço e o número de pessoas envolvidas, assegurando e garantindo a reprodução de mais atores sociais dentro de um mesmo espaço.

O rendimento da agroindústria expande-se quando o espírito cooperativo ingressa na consciência dos empreendedores, de tal forma que a produção conjunta sobressai-se à produção individual. O mesmo rendimento é contraído ante a propensão da individualidade, e é diante desse impasse que se justifica a associação dos agricultores, pois lutarão por objetivos comuns, estarão neutralizando a competição por consumidores, facilitando a entrada de novos investimentos e diminuindo também os custos de comercialização.

Pela importância e relevância da agricultura familiar no Brasil, vê-se que ações cooperativas cabem perfeitamente na conjuntura quase que elástica dos atores rurais sociais, tanto nas possibilidades de inserção nos mercados como na criação de uma esfera mútua, onde a organização faz vigorar a consistência de um sucesso, através da criação do capital social (REQUIER-DESJARDINS, 1999). Fixado nessa estrutura Oliveira (2003, p. 5) afirma que:

por mais que as condições naturais de solo, relevo e clima sejam importantes na determinação do desempenho dos territórios, não são poucos os casos onde os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que possibilitou ampliar as possibilidades de valorização da produção.

Essa valorização pode ser concebida através das agroindústrias familiares, onde há o fortalecimento dos atores e das economias locais, onde as ações são inclinadas à auto-sustentabilidade, pois as relações de produção e comercialização são comportadas dentro da mesma região. Mas, para Prezotto (2000, p. 12), a implantação de

[...] organizações de pequenos grupos de agricultores (associação, cooperativas, condomínio, microempresas) favorece a otimização da estrutura disponível nas propriedades e dos recursos investidos. Além disso, possibilita o envolvimento de um maior número de pessoas no processo produtivo (da matéria-prima e da industrialização). A gestão das pequenas agroindústrias também é desenvolvida pelos agricultores familiares associados. A capacitação e a assessoria técnica são instrumentos imprescindíveis para o gerenciamento e para a viabilização do empreendimento. A instalação das pequenas indústrias próximas das propriedades dos agricultores associados facilita o desenvolvimento de gestão transparente entre os proprietários.

Na agroindústria familiar, a mão-de-obra é derivada dos proprietários ou de outros agricultores próximos da unidade de produção. Neste aspecto é que se percebe a forma descentralizada desses empreendimentos que geram postos de trabalho diretos e indiretos no meio rural, com o benefício de ter por base um serviço totalmente familiar, investindo nos jovens e nas mulheres trabalhadoras que, muitas vezes, ficam excluídos do processo produtivo. Tal realidade tem obrigado muitas pessoas a buscar novas alternativas fora desse espaço.

A quantidade de mão-de-obra necessária para o processamento vai variar dependendo do nível tecnológico da agroindústria. Na maior parte dos casos, as tecnologias são simples e necessitam, por sua vez, de um número maior de envolvidos. No entanto, o processo artesanal e colonial da agroindústria deveria ser considerado um diferencial desses empreendimentos, pois agregam mais valor na comercialização.

A matéria-prima que abastece a agroindústria pode ter origem na propriedade ou pode ser adquirida com associados e vizinhos, dependendo do sistema implantado no local. Cabe ressaltar que o baixo custo no transporte de matérias-primas pode minimizar os custos de produção, possibilitando que o preço do produto final tenha competitividade com os produtos dos complexos industriais uniformes.

Diante dessas características do sistema de produção agroindustrial, vale ainda frisar que, quando elaborado e comercializado em estabelecimentos locais/regionais, o produto final apresentará outras vantagens competitivas. Vantagens no que diz respeito à origem, onde é promovida a sua valorização por ser procedente daquele território e pela sua proximidade com os consumidores. Para tanto, as procedências artesanal, colonial ou orgânica devem ser anunciadas como particularidades vantajosas na aquisição de tal produto. Nas condições atuais, essas especificidades contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, já que a mesma tem poucas condições de melhorar ou de estabelecer um alto e avançado nível tecnológico em seus domicílios.

Os empreendimentos rurais, principalmente as agroindústrias, sofrem constantemente com um processo jurídico de legalização quase que inacessível; por isso, muitas delas extinguem-se antes mesmo de engrenarem. Outras, por não possuírem capital de giro suficiente, abandonam suas atividades ao verem frustradas quaisquer tentativas de comercializar o produto, pelo elevado valor dos impostos agregados ao preço de venda. No entanto, pensa-se em uma certificação solidária, onde será a confiança e a proximidade dos agricultores que garantirão a eficiência/efetivação do estabelecimento. Essa medida será mesclada a um conjunto de diretrizes que visam o fortalecimento da agricultura familiar (TRENTIN, 2002).

Diante do grande potencial das agroindústrias familiares no Brasil, em 1998 o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – criou a Linha Agroindústria para agricultores interessados em investir na implantação desse tipo de empreendimento em pequena escala no meio rural. Dentro dessa política os juros, o capital, os anos de carência e pagamento variam conforme a atividade a ser produzida. Atualmente está em vigor o Programa de Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares (Sabor de Brasil), o que evidencia que as políticas públicas estão direcionando seus recursos para atividades inovadoras, mas que confirmem o seu compromisso social, produtivo, participativo, ambiental e descentralizado.

Portanto, a agroindústria familiar é uma importante ferramenta para o meio rural porque contribui com o desenvolvimento dos atores sociais, encaixando-se perfeitamente em inúmeras realidades, podendo, dessa forma, contribuir com os territórios de forma multidimensional e diversificada. Pode, ainda, criar várias ramificações, não ficando dependente de apenas um setor agropecuário, ou até mesmo de uma *commodity*, como é o caso de muitas propriedades e regiões.

Contudo, segundo Wesz Junior & Trentin (2004, p. 14), a agroindústria familiar

não representa uma solução de todos os problemas e das necessidades dos atores. Mas ela deve ser trabalhada como parte de um conjunto de ações e de outras alternativas associadas que busquem construir o desenvolvimento rural sustentável, nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar [...]. Deste modo, os efeitos multiplicadores da agregação de valor à produção, pela agroindustrialização ocorrem tanto a montante, na atividade agropecuária, como a jusante, na estrutura de comercialização de serviços, e refletem-se na efetiva interiorização do processo de desenvolvimento. Mais ainda, as características tecnológicas do processamento agroindustrial viabilizam, para algumas matérias-primas e produtos, a implantação de unidades de pequeno e médio porte, mais acessíveis a investidores com menor disponibilidade de capital.

A forma descentralizadora das pequenas agroindústrias agirem é evidenciada quando comparada com a de agroindústrias maiores (agroindústrias integradoras). Essas últimas possuem um processo de agregação de valor concentrado em uma ou poucas unidades setoriais. Geralmente, estão localizadas nos médios e grandes centros urbanos, possuindo uma estrutura de trabalho quase que totalmente assalariada, matéria-prima quase sempre originária de fora da(s) região(s) onde está instalada, estimulando, dessa forma, a competição, a especialização e a seleção dos agricultores.

Tratando-se de grandes indústrias, geralmente ocorre uma grande inversão de capital por emprego gerado, onde são elaborados produtos homogêneos e muitas vezes de origem desconhecida. Para inflamar ainda mais a situação, na maioria das vezes, são elas as geradoras dos principais elementos poluidores, extrapolando o uso dos recursos naturais e despejando dejetos no meio ambiente.

Reconhece-se que isso não ocorre em todas as grandes agroindústrias, mas é uma realidade que ressalva a necessidade de mudança. Transformação que pode ser feita através de maior incentivo às pequenas agroindústrias, pois nelas é possível uma maior disseminação dos princípios de gestão ambiental e preservação dos aspectos culturais das regiões.

Para os agricultores familiares, a industrialização de produtos agropecuários não se constitui em alguma inovação produtiva, pois faz parte de sua história, cultura e identidade. Antes, havia a transformação de produtos destinados para o consumo da própria família e dificilmente ocorria a comercialização em mercados locais, embora fosse comum realizar trocas com parentes e vizinhos. Para muitos produtores, o processamento para o autoconsumo perdeu representatividade, já que as *commodities* assumiram o principal papel no uso do tempo e espaço das famílias que se envolveram nesse ramo de produção agrícola (TRENTIN, 2002). Assim, o processamento da produção deixou de representar um mecanismo voltado para o consumo, tornando-se uma importante fonte de renda das unidades de produção. E, como se pôde observar em Prezotto (2000, p. 14), a agroindústria familiar:

Vem sendo colocada como uma importante ferramenta propulsora de desenvolvimento sustentável. No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas o de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividades, o modelo de agroindustrialização descentralizado de pequeno porte, de característica familiar, é visto como uma das alternativas capazes de impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda, especialmente para os agricultores familiares. Pode proporcionar também, uma importante forma de (re)inclusão social e econômica destes agricultores, melhorando a sua qualidade de vida.

Wilkinson (1999) tem reforçado a importância da agricultura familiar nos processos autônomos de agroindustrialização, como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. O autor ainda reforça a necessidade de políticas públicas a favor das várias formas de agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até mercados de nicho – produtos orgânicos e de qualidade diferenciada. Além disso, conforme Mior (2005, p. 265)

O surgimento desta miríade de formas de agroindustrialização evidencia um tipo especial de capital social que, aliado ao capital humano (competências acumuladas), ao capital natural e, em menor grau, ao capital econômico, está respondendo à crise ambiental e socioeconômica existente, ao mesmo tempo em que reafirma sua capacidade de iniciativa.

Para tanto, a permanência destas agroindústrias familiares em um espaço cada vez mais competitivo depende de sua capacidade de interagir com os macrocomponentes: mercado, gestão, tecnologia, infraestrutura (GARCEZ & BERTAZZO, 2005). Por outro lado, “considerando as características do setor, é difícil imaginar o desenvolvimento dessas agroindústrias sem que elas dominem as diferentes fases da cadeia produtiva, além de assumirem a tarefa de projetar no mercado seus respectivos produtos” (ORSOLIN & HAMER, 2004, p. 17). Um dos maiores desafios enfrentados pelos agricultores familiares que decidem industrializar determinados produtos é estabelecer os seus aspectos legais, do ponto de vista sanitário, ambiental, tributário, trabalhista e previdenciário. A informalidade remete muitas vezes ao princípio de clandestinidade, prejudicando a evolução produtiva e comercial do pequeno produtor. Contudo, a agroindústria rural tem “importante contribuição a dar para o desenvolvimento do espaço rural, particularmente naquelas regiões onde fatores estruturais diversos reduzem a competitividade da produção voltada para o mercado de atividades tradicionais”, afirma Fernandes Filho & Campos (2003, p. 873-874).

Para Schneider (2005), as agroindústrias rurais tendem a aparecer em regiões onde predomina a agricultura familiar e onde os mercados de trabalho voltados para atividades não agrícolas intersetoriais são débeis ou quase inexistentes, como no norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná, no Sul do Brasil. Assim, o surgimento das agroindústrias no meio rural, com gestão realizada pelos agricultores familiares, ocorre de várias formas, dependendo tanto das condições sócioeconômicas como das iniciativas dos empreendedores. Pode-se entender que a agroindústria familiar varia conforme as características do contexto territorial e temporal em que estiver inserida, mostrando-se heterogênea e diversificada, tanto na escala de produção, como na estrutura produtiva. Da mesma forma, seu surgimento está ligado a estratégias sociais e produtivas dos agricultores familiares e demais membros, ligados por vínculos de parentesco ou de reciprocidade, onde a

valorização dos conhecimentos tradicionais prospera como uma alternativa para a reinserção econômica da pequena produção.

Assim, o contexto da agroindústria rural remete a uma identificação familiar, não significando uma restrição espacial de atuação ou um caráter meramente endógeno da unidade de produção, pois esta poderá, ou não, relacionar-se mercantilmente com outros atores constituintes de determinada região. Quando ocorrem tais relações, esse empreendimento será remetido a uma proximidade espacial entre a produção e o consumo, fortemente integrados ao território local/regional. Contudo, os recursos podem ser mobilizados e adquiridos tanto fora, como no interior da propriedade que agrega valor.

3 METODOLOGIA

No território pesquisado – que compreende os municípios de Porto Xavier, Pirapó, Roque Gonzáles, Dezesseis de Novembro e Porto Lucena – fez-se, primeiramente, uma identificação das agroindústrias produtoras da cachaça e, a partir disso, foram realizadas entrevistas com os agricultores e visitas *in loco*. Também foram efetuadas entrevistas com informantes qualificados (secretários da agricultura dos municípios e extensionistas da EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), para uma visão mais abrangente da situação atual dos empreendimentos rurais. Outra atividade metodológica utilizada foi a leitura de paisagem nas comunidades, observando as condições de vida dos envolvidos na agregação de valor e dos produtores de matéria-prima – *commodities* - para grandes indústrias. Todas as atividades citadas acima ocorreram no primeiro semestre de 2005.

É importante deixar claro que a cachaça (aguardente) foi o produto escolhido como objeto desta pesquisa por: representar uma atividade de processamento; ser feita no território em questão somente por agricultores familiares, e que cultivam a própria cana-de-açúcar; por ocuparem uma quantidade razoável de mão-de-obra, mesmo que sazonal; e principalmente, por apresentar uma elaboração artesanal e pouco tecnicizada, além de ser uma atividade tradicional, desenvolvida desde o início da ocupação desse território.

4 ANÁLISE TERRITORIAL E REPRESENTATIVA DAS AGROINDÚSTRIAS DE CACHAÇA

No território estudado, foram identificadas 12 (doze) agroindústrias familiares produtoras de cachaça. Esses empreendimentos, por sua vez, estão distribuídos de forma

descentralizada em todos os municípios analisados, absorvendo diferentes grupos de mão-de-obra e consumidores; e os empregos diretos e indiretos estão disseminados por todo o espaço.

Após as entrevistas com agricultores e sistematização dos dados, foram obtidas informações fundamentais para a compreensão do processo de agregação de valor na cachaça, onde se percebeu que todos os agricultores proprietários das agroindústrias não dependem somente desse processo produtivo, ou seja, esta não é a única atividade que gera renda para a unidade de produção. Outros cultivos e atividades agropecuárias estão também inseridas nesses domicílios, para fins mercantis ou para o próprio autoconsumo da família. Isso acontece porque o processo de agregação de valor da cana-de-açúcar se dá de forma sazonal, o que viabiliza aos agricultores outras atividades durante a entressafra.

Pelos empreendimentos em análise, comprovou-se que 50% das agroindústrias familiares fabricam algum derivado da cachaça, sendo o licor o mais expressivo, que é preparado com frutas existentes na propriedade ou arredores. É uma renda a mais e agregada à própria cachaça. Importante levar também em consideração que 85% dos licores produzidos são de frutas nativas da região, o que acaba por favorecer a valorização dos hábitos culturais e dos recursos naturais existentes no território, diferenciando o produto final dos artigos produzidos por agroindústrias exógenas.

Por ser produzida em pequena escala, a maior parte da produção de cachaça é vendida no próprio âmbito regional, com uma comercialização direcionada a pequenos estabelecimentos dos municípios que apresentam modesto índice demográfico. A não expansão das linhas mercadológicas se dá por vários motivos, principalmente por não serem legalizadas e não possuírem estrutura para comercialização extra-regional.

No período em que as agroindústrias familiares de cachaça foram visitadas, nenhuma possuía uma total ou parcial legalização sanitária, ambiental e fiscal. Isso ocorre, principalmente, pela falta de estrutura por parte dos produtores rurais, que carecem de investimentos dispendiosos, mas também por serem agricultores familiares e por se depararem com uma burocracia demasiada para sua condição social. Vale lembrar também que, em muitos casos, o valor que se agrega na legalização não se agregará na venda, porque no mesmo local, provavelmente, haverá um produto mais barato do que o da agroindústria legalizada. Essa passaria a competir com os produtores

ilegais e iria se defrontar também com a concorrência com indústrias maiores (complexos agroindústrias com produtos uniformizados) e menores (agroindústrias familiares ilegais).

Fica visível que, por estes agricultores possuírem pequenas propriedades e a agroindústria não ser a única atividade, torna-se inviável investir um alto valor num processo que não garantirá maiores lucros, ainda mais se for mantida uma comercialização local-regional. Nenhum empreendimento do território possui rótulo, selo, marca ou qualquer identificação que o diferencie das demais. Geralmente, o reconhecimento da qualidade do produto se dá pela proximidade ou pela reciprocidade entre os consumidores e os produtores. No entanto, essa informalidade apresenta problemas, principalmente no decorrer da comercialização, já que ocorre a reutilização de embalagens pets na venda da cachaça como um mecanismo para baixar o custos totais. Tais recipientes são adquiridos por um preço menor que o das embalagens novas, o que incidirá diretamente no valor do produto final. Esta informalidade quanto ao engarrafamento da bebida se dá porque dificilmente existem intermediários durante o processo de comercialização; geralmente são os próprios agricultores que levam seus produtos aos consumidores. Em alguns casos, os clientes adquirem-nos em pequenos estabelecimentos comerciais ou na própria residência do agricultor. Assim, a cachaça chega até o adquirente com um custo/valor menor.

Nos empreendimentos rurais observou-se, através da leitura de paisagem, que quanto mais antiga a agroindústria maior é a produção e melhores são as condições de vida dos agricultores que dela dependem. Nesse caso, proprietários que agregam valor à cana-de-açúcar há mais de 10 anos, possuem veículo para o transporte da cachaça e de seus derivados e mantêm uma dependência maior da sua renda sobre a cachaça (nesses casos mais de 70% da renda da propriedade é provida da agroindústria).

Nas agroindústrias rurais frequentadas, as mulheres e os jovens desenvolvem papel fundamental para o bom desempenho das unidades produtivas; são eles os responsáveis pela comercialização, limpeza e, em 50% dos casos, auxiliam no cultivo da matéria-prima e participam do processamento. Mas, nos empreendimentos em que não ocorre a participação deles na agroindústria, eles colaboram nas demais atividades da unidade de produção, tanto no que se refere ao cultivo de produtos para o autoconsumo familiar, bem como para os produtos com destino externo à propriedade.

Os proprietários de todas as agroindústrias estão devidamente associados em Cooperativas, Sindicatos, Casas do Produtor, incluindo a participação em feiras e exposições. Essa relação com a comunidade faz com que tais empreendimentos rurais sejam reconhecidos por um número maior de indivíduos e, por consequência, que ocorra uma elevação nas vendas. No entanto, as entidades não vêm representando esse segmento de agricultores. Assim sendo, aqueles que desempenham a agregação de valor no interior de seus domicílios ainda necessitam do apoio de instituições que os reconheçam como uma categoria diferenciada, já que a atividade agropecuária não consiste na única fonte de renda.

As 12 agroindústrias são administradas por 21 famílias de agricultores, somando 51 pessoas. Em quase todos os empreendimentos existem mais de 2 pessoas na gestão do negócio, demonstrando um caráter grupal e familiar nos empreendimentos, sendo que, na maioria das visitadas, fazem parte da associação pessoas com níveis de parentesco.

A contratação de mão-de-obra externa ao domicílio rural quase sempre ocorre nos períodos de produção e industrialização da cachaça. Os empregados são geralmente vizinhos ou parentes dos proprietários da agroindústria que, através dos serviços prestados, conseguem uma renda complementar, pois no inverno – período produtivo - não têm muita ocupação em suas propriedades. Essa inclusão dos moradores próximos faz com que aconteça uma benéfica relação entre os assalariados e proprietários do empreendimento rural. Os empregados, além de oferecerem dias de serviço, em mais de 70% dos casos possuem matéria-prima para vender para a agroindústria familiar. Em 25% das agroindústrias existe a contratação de empregados diretos (totalizando 6 pessoas), e em todos (100%) os empreendimentos rurais há algum trabalhador sazonal, totalizando 20 diaristas que, com mais os diretos, constituem 26 postos de trabalho contratados durante a safra.

As 12 agroindústrias familiares do território estudado fabricam anualmente um total de 318.500 litros de cachaça. Esse produto é vendido, na propriedade, por um preço médio de R\$ 1,40 o litro, gerando um Produto Bruto Total (PBT) por ano de R\$ 481.180,00. Todo esse capital circula no espaço, ou seja, consegue-se, de forma descentralizada, solidária e territorial a distribuição de renda, dando qualidade de vida para os que dela se beneficiam e procedência do produto para os consumidores.

A área total de cana necessária para a produção das agroindústrias analisadas é de 66,5 hectares. Assim, o intermitente discurso: “precisa-se de grandes extensões de terra para se gerar recursos satisfatórios” apresenta-se cada vez mais ultrapassado e equivocado. Pois, como comprovado nesta pesquisa, em apenas 66,5 ha., pode-se gerar um montante de R\$ 481.180,00. Só que, isso só acontece através da agregação de valor pela agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar.

Além disso, é nestes 66,5 ha. que 21 famílias conseguem se reproduzir socialmente com o lucro adquirido no final do processo agroindustrial e onde 26 empregados diretos e parciais recebem um reforço financeiro por sua mão-de-obra prestada, ou seja, são 77 pessoas que produzem e reproduzem-se sobre a área. Assim, constata-se mais uma vez que a agricultura familiar pode implantar agroindústrias como uma alternativa viável e descentralizada, sendo capaz de gerar renda para as pessoas de determinado espaço, utilizando, na maioria das vezes, pequenas áreas de terra.

Pode-se perceber que as agroindústrias familiares atingem e propiciam novas formas, caminhos e rumos de desenvolvimento, valorizando o espaço pelas relações sociais e suas especificidades territoriais. Contudo, vale ressaltar que, no meio rural, existem várias alternativas que levam à reprodução social, sendo a agroindústria apenas um destes meios. Desta forma, a multifuncionalidade do meio rural começa a ganhar repercussão não apenas por suas próprias iniciativas mas, principalmente, pelos seus resultados. Frutos que trouxeram para o campo a inclusão social, valorizando os agricultores e as potencialidades do território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura brasileira, as tentativas de mudança que almejam a satisfação sócio-econômica e ambiental, surgem dentre as aspirações e interesses de uma gama de atores plenamente capazes de determinarem suas próprias reivindicações. No entanto, a influência dos fatores externos, climáticos e a incidência de modelos capitalistas de produção, sempre determinaram que os resultados fossem diferentes do que as reais necessidades demandavam. Isso ainda é presencial. Mas novas alternativas estão sendo vitalizadas para fazerem com que a diversidade de valores no meio rural transforme-se num grande benefício, engajado no processo de valorização desse espaço, bem como na elevação da qualidade de vida das pessoas que nele vivem.

Os resultados desta pesquisa foram bastante satisfatórios, pois foi possível destacar tanto o número de pessoas envolvidas como o montante de capital que circula neste contexto social. Desvendou-se também uma infinidade de vantagens das agroindústrias familiares no meio rural, pela sua representatividade social, econômica, participativa, descentralizada, solidária e harmônica com os meios naturais; características ainda mais expressivas quando comparadas com as das indústrias de grande porte.

De fato, as agroindústrias rurais estudadas, mesmo não estando legalizadas, contribuem para o fomento das economias locais, pois fornecem um produto por um preço mais baixo, o que acaba por disponibilizar o consumo a um número maior de indivíduos, contribuindo com a região de forma multidimensional. Assim, o capital (financeiro e social) circula, descentralizadamente, nos territórios onde as agroindústrias familiares estão situadas, pois acontece uma proximidade entre fornecedores de matéria-prima e mão-de-obra, proprietários da agroindústria e consumidores. Tudo interagindo dentro de um mesmo espaço.

Observa-se que as formas sociais agir, organizar-se ou mesmo relacionar-se propiciam, quando bem direcionadas, uma estratégia eficaz na busca pela consolidação de um modo de vida mais digno para as famílias rurais, onde haja geração de renda para os envolvidos no processo produtivo. Além disso, é condicionado um reconhecimento territorial, fazendo com que o desenvolvimento não seja equiparado somente aos padrões de produtividade, mas que também seja consequência da valorização que for dada ao espaço.

Este trabalho procurou incentivar e reconhecer que a lógica da agroindustrialização familiar está fundada em metas que buscam a minimização da pobreza, do desemprego, do êxodo rural, da exclusão da mulher e do jovem das atividades comunitárias.

A delimitação territorial, como unidade de análise, inseriu novos valores ao estudo das potencialidades e alternativas para o meio rural, demonstrando que, mais do que interpretar os resultados econômicos, é vital que sejam valorizados os Cunhos sociais, ambientais e culturais, sempre presentes nas atividades agroindustriais familiares. Somente assim poderá ser comprovado que a agregação de valor aos produtos e artigos interioranos traz para os agricultores familiares a elevação dos níveis de qualidade de vida. O processo ocorre sem que eles tenham que abrir mão de seus hábitos e de suas centralidades, pois a agroindústria é extremamente flexível à estrutura agrária e às condições internas da unidade de produção, e vem

afirmando-se como um dos principais meios de reprodução social do campo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Vozes; Fidene, 1988.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 859-880, 2003.

GARCEZ, D.; BERTAZZO, C. J. Agricultura familiar e equidade social: agroindustrialização familiar e o papel das políticas públicas de crédito como o PRONAF. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, 1., 2005, São Luiz Gonzaga. **Anais...** São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999. (Coleção pesquisas, 1).

MIOR, L. C. **Agricultura familiar: agroindústria e redes no desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

OLIVEIRA, H. Criando as condições para a valorização dos territórios. In: MDA. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. [S.l.: s.n.], 2003. (Série texto para discussão, 4).

ORSOLIN, J.; HAMER, E. Gestão da comercialização na cadeia agroindustrial familiar do açúcar mascavo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2004.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: UFSC, 1990.

PREZOTTO, L. L. A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROINDÚSTRIA, 2000, Lajeado, RS. **Anais...** Lajeado: [s.n.], 2000.

REQUIER-DESJARDINS, D. **Agro-industria rural y sistemas agroalimentarios localizados: ¿cuáles puestas?** Quito: PRODAR, 1999.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2005, Brasília, DF. **Textos para discussão.** Brasília, DF: MAPA, 2005.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectiva.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TRENTIN, I. C. L. **Avaliação e acompanhamento da gestão de 20 agroindústrias familiares da Região das**

Missões/RS. São Luiz Gonzaga: [s.n.], 2002. (Relatório de Pesquisa).

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. Desenvolvimento e agroindústria familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2004.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. Desenvolvimento territorial com agroindústrias familiares. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2005.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v. 1, n. 1, 1999.